

Email - Alai x Controle de x :: Sistema x :: Sistema x :: Sistema x :: Consulta pr x 0803146-4 x (7) WhatsA x Google passagem x +

Apps SISTEMAS

PjC PJEC 0803146-42.2020.8.18.0162

LINDOMAR DE SOUSA SILVA X SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGU...

21 out 2021

JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO
21210071 - Petição
- 21210073 - Petição (2781011 RECURSO INOMINADO 01)
- 21210074 - DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (2781011 RECURSO INOMINADO Anexo 02)

06 out 2021

EXPIRAÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS.

06 out 2021

EXPIRAÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS.

22 de 20 22 de 20

Microsoft Word - 2781011_RECURSO...

1 / 8 100%

2781011- C3/ 2021-00097/ INVALIDEZ


JOÃO BARBOSA
ADVOCADOS ASSOCIADOS

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n. 08031464220208180162

PT 14:11 21/10/2021



Número: **0803146-42.2020.8.18.0162**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Teresina Leste 1 Anexo II**

Última distribuição : **02/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
LINDOMAR DE SOUSA SILVA (AUTOR)	RAFAEL SERVIO SANTOS (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21210 071	21/10/2021 14:10	<u>Petição</u>	Petição
21210 073	21/10/2021 14:10	<u>2781011_RECURSO_INOMINADO_01</u>	Petição
21210 074	21/10/2021 14:10	<u>2781011_RECURSO_INOMINADO_Anexo_02</u>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

SEGUE EM ANEXO RECURSO INOMINADO.



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 21/10/2021 14:10:52
<https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21102114105261400000019992057>
Número do documento: 21102114105261400000019992057

Num. 21210071 - Pág. 1



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n. 08031464220208180162

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LINDOMAR DE SOUSA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Turma Recursal.

Termo em que,
Pede Juntada.

TERESINA, 19 de outubro de 2021.

João Barbosa
OAB/PI 10201
EDNAN SOARES COUTINHO

1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 21/10/2021 14:10:53
<https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21102114105279500000019992059>
Número do documento: 21102114105279500000019992059

Num. 21210073 - Pág. 1

RAZÕES DO RECURSO

EMÉRITA TURMA RECURSAL,

RECORRENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECORRIDO: LINDOMAR DE SOUSA

RAZÕES DE RECURSO

ÍNCLITOS JULGADORES,

DA R. DECISÃO ATACADA

O Meritíssimo Juiz “a quo” entendeu equivocadamente como procedente o pedido, condenando a Empresa Ré, ora Recorrente, da seguinte forma:

Ante o exposto, **julgo procedente em parte** o pedido da inicial, e resolvo a lide mérito nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar a ré no pagamento ao autor da importância de **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, correspondente à diferença de seguro DPVAT devido, com incidência de correção monetária desde a data do evento danoso (27.06.2019), e de juros legais desde a citação.

Sem condenação em honorários de advogado e custas processuais, em conformidade com o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei 9099/95.

Inconformada com a r. sentença, vem a Recorrente esposar suas razões para reforma *in totum* da sentença ora guerreada.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 21/10/2021 14:10:53
<https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21102114105279500000019992059>
Número do documento: 21102114105279500000019992059

Num. 21210073 - Pág. 2

BREVE RELATO DOS FATOS

Alega o Autor, ora Recorrido em sua peça vestibular, que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 27/06/2011, restando permanentemente inválido.

SEM, CONTUDO, OBSERVAR QUE O SINISTRO NOTICIADO NOS AUTOS, OCORREU EM PLENA VIGÊNCIA DA LEI Nº. 11.945/2009, EM QUE O VALOR MÁXIMO INDENIZÁVEL É ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS), BASEANDO-SE, PARA TANTO, NA QUANTIFICAÇÃO DA LESÃO OCACIONADA PELO REFERIDO ACIDENTE.

Em sede administrativa recebeu a quantia de R\$ 4725,00 referente a 50 % do MIE.

Cumpre INFORMAR, que o laudo do IML apresentado pela recorrida **não quantifica o grau de invalidez**, o que desqualifica o pedido autoral por completo, no que tange a Legislação vigente a época do fato, qual seja, LEI Nº. 11.945/2009, A QUAL DETERMINA QUE HÁ NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ.

Diante do exposto, restou claro que o autor, não se atentou ao fato de que a lei em vigor, exige quantificação do grau da sua invalidez, ante ao pedido exposto na sua exordial, pretensão esta que deve ser totalmente rechaçada pelo douto magistrado.

PRELIMINARMENTE

DA INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS PARA APRECIAR MATÉRIA QUE CAREÇA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA

Conforme se observa da exordial, a natureza do pedido é a invalidez da parte autora, sendo o ponto controverso que motivou a lide, **O GRAU DESSA SUPosta INVALIDEZ**. Trata-se, portanto, de matéria eminentemente técnica, carecedora da produção de prova pericial para ser dirimida. Daí emerge a incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciar esta questão.

Por certo o intuito da lei nº 9.099/95 é apresentar um rito mais célere às partes, para causas de menor complexidade, assim entendidas como aquelas que não exigem a realização de prova pericial. Neste sentido, tem sido o posicionamento das Turmas Recursais do Rio Grande do Sul.

Irrefragável a incompetência deste Juizado para julgar a presente lide, pois no caso dos autos, é cristalino que a prova técnica será fundamental para o correto julgamento da ação, na medida em que nos casos de invalidez deverá ser respeitado o grau da lesão do acidentado a fim de ser paga a indenização de forma proporcional.

Vale ressaltar que o laudo do IML juntado aos autos na QUANTIFICA A LESAO DO AUTOR.

Em decorrência, a demandada requer a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do artigo 51, II, da lei nº 9.099/95.

DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA

FALTA DE PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS

Verifica-se que não consta nos autos qualquer instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte RECORRIDA, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.



Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório.

DA AUSENCIA DE LAUDO PERICIAL COM O DEVIDO ENQUADRAMENTO DA PERDA ANATÔMICA OU FUNCIONAL NA FORMA PREVISTA NA LEI Nº 11.945/09

Caso os ilustres julgadores não entendam pela incompetência do JEC, chamamos à atenção para a necessidade/obrigatoriedade de se realizar perícia para comprovar o nexo de causalidade entre o dano e o fato narrado, **além de atestar o grau de invalidez supostamente sofrida pelo ora Recorrido em decorrência de acidente de trânsito.**

Inarredável, destarte, o fundamento disposto na sentença ora guerreada, pois fere o direito da Ré, ora Recorrente ao proferir sentença o Douto sentenciante com o fundamento abaixo transcrito:

Também foi inserido Laudo do IML – Lesão Corporal – Acidente de Trâfego, datado de 11.11.2020, segundo o qual os peritos concluem que o autor possui limitação de amplitude e flexão do joelho esquerdo com debilidade permanente da referida função em 25% (vinte e cinco por cento), e perda da mobilidade articular do pé esquerdo, em decorrência do acidente de trâfego.

OCORRE QUE O REFERIDO LAUDO EM NENHUM MOMENTO GRADUA A LESÃO DO AUTOR NA FORMA PREVISTA NA LEI 11945/09!

FRISE-SE, QUE O LAUDO DO IML ACOSTADO NA EXORDIAL, TRATA-SE APENAS, DE UM LAUDO DE AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ SEM INDICAÇÃO DO GRAU DA SUPosta INVALIDEZ.

Ou seja, sem a confecção do laudo pelo IML **INDICANDO O GRAU DA INVALIDEZ** ou via produção de prova pericial judicial, o Recorrido não pode comprovar ter sido vítima do acidente automobilístico que alega ter sofrido, e tampouco O GRAU DA SUPosta INVALIDEZ.

Levando em conta que o Recorrido NÃO trouxe à colação o Laudo do Instituto Médico Legal com a quantificação exata do percentual de invalidez que apresenta, bem como, por tratar-se de prova de fato constitutivo de seu direito, deveria o magistrado sentenciante ter oficiado o Instituto Médico Legal Local que em casos análogos tem realizado esse trabalho com presteza, dirimindo todas as dúvidas que pairam sobre o suposto direito Autoral.

Violado, portanto, o preceito constitucional, desrespeitou o princípio basilar da igualdade das partes, pelo que deve ser anulada a r. sentença, a fim de se dar efetividade, aos termos da Lei nº 11.945/09, bem como da Súmula 474 do STJ.

VISTOS OS FATOS, VEM A RECORRENTE REQUERER A ESTA TURMA QUE SE DIGNE A REFORMAR A SENTENÇA A QUO, LIMINARMENTE, JULGANDO-A NULA DE PLENO DIREITO E EM CONSEQUÊNCIA, A DETERMINAR A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO IML, PARA QUE PROCEDA COM O ENQUADRAMENTO DA PERDA ANATÔMICA OU FUNCIONAL NA FORMA PREVISTA NA LEI Nº 11.945/09, POR SER MEDIDA DE DIREITO E DA MAIS SALUTAR JUSTIÇA!

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaoarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 21/10/2021 14:10:53
<https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21102114105279500000019992059>
Número do documento: 21102114105279500000019992059

Num. 21210073 - Pág. 4

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

Sua busca por placa: PII2947 UF: PI CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2020	R\$12,30	Quitado	Download
-	2019	R\$84,58	Quitado	Download
	Data Pagamento	Valor Pago		
	02/12/2019	R\$84,58		



Calendário de pagamento - IPVA 2019

Final da placa	1 ^a cota até	2 ^a cota até	3 ^a cota até	Cota única
1	31/01	28/02	29/03	31/01
2	28/02	29/03	30/04	28/02
3	29/03	30/04	31/05	29/03
4	30/04	31/05	28/06	30/04
5	31/05	28/06	31/07	31/05
6	28/06	31/07	30/08	28/06
7	31/07	30/08	30/09	31/07

OBSERVE QUE O PAGAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2019 SÓ FOI REALIZADO APÓS O VENCIMENTO, RAZÃO PELA QUAL O AUTOR ENCONTRAVA-SE INADIMPLENTE NO MOMENTO DO ACIDENTE!!

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 21/10/2021 14:10:53
<https://tjpi.jje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21102114105279500000019992059>
Número do documento: 21102114105279500000019992059

Num. 21210073 - Pág. 5

tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vitimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Trazemos a colação o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da apelação cível Nº 1.658.910-1, no qual a Câmara entendeu concordou com o i. Relator o qual ressaltou a importância dos princípios de celeridade e economia processual, no sentido de que não faz sentido a Lei prever o direito de regresso à Seguradora quando a ocorrência de proprietário inadimplente e condena-la a realizar o pagamento do seguro, vejamos trecho do julgado:

“Tal entendimento também já tinha sido exposto, mesmo que indiretamente, na Lei 8.441/92, que alterou a Lei 6.194/74, passando a prever o direito de regresso da seguradora em face do proprietário inadimplente em seu art. 7º, §1º, [...]”

Ora, se a seguradora possui direito de regresso dos valores despendidos com a vítima em face do proprietário inadimplente, por decorrência lógica, quando o proprietário inadimplente também figurar como vítima, não há o que se falar em indenização, caso contrário este seria credor e devedor da mesma obrigação, configurando o instituto da confusão, devendo a obrigação ser extinta, nos termos do art. 381, CC.



Também não há como defender a tese de que a indenização é devida pois caput do artigo obriga o pagamento, enquanto seu parágrafo primeiro faculta o direito de regresso, haja vista os princípios de celeridade e economia processual, que visam a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais, não sendo razoável condenar alguém em face de outra pessoa, a qual detenha o direito de regresso.

[...]

Diante do exposto, dou provimento ao apelo, para reformar a sentença e julgar improcedente a lide, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa.

ACORDAM os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Nesta esteira trazemos os seguintes arrestos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) –SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO – VÍTIMA QUE É A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO – INADIMPLÊNCIA VERIFICADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES ACERCA DA MATÉRIA – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0018643-27.2016.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Juiz Alexandre Barbosa Fabiani - J. 06.09.2018)

Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Dever de indenizar. Vítima proprietária do veículo. Inadimplência do prêmio do seguro obrigatório à época do sinistro. Indenização indevida. Inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. Instituto da confusão configurado. Inteligência do art. 381 do Código Civil. Extinção da obrigação. Ônus de sucumbência. Readequação. Recurso provido.

1. Art. 17. §2º Resolução SUSEP 332/2015: “Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com o prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.”

2. Art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

3. Com o provimento do recurso de apelação em relação ao mérito, deve ser readequado o ônus de sucumbência.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0004500-96.2017.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - J. 08.11.2018)

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in toto* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso.



Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 19 de outubro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

1234

¹"AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INCOMPETÊNCIA DO JEC. DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA INVALIDEZ. LAUDO DO IML QUE NÃO ATESTA O GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO MANTIDA. O acidente de trânsito que ocasionou a lesão corporal de caráter permanente no autor ocorreu após o advento da súmula 14 das Turmas Recursais Cíveis que dispõe que "os pedidos de indenização por invalidez permanentes ajuizados a partir do precedente do RI nº 71001887330, julgado em 18/12/2008, deverão observar a regra de graduação da invalidez", prova que não aportou aos autos. SENTENÇA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO." (Recurso Cível Nº 71004897377, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Marlene Landvoigt, Julgado em 26/08/2014)

²Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

³Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

⁴Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 21/10/2021 14:10:53
<https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21102114105279500000019992059>
Número do documento: 21102114105279500000019992059

Num. 21210073 - Pág. 8



Montagem do Boleto de Serviços/Taxas Judiciais

Informações Gerais (RECURSO INOMINADO - JECC)

Comarca: TERESINA
Serventia: JUZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA LESTE 1 - ANEXO II (FAETE)
Requerente: LINDOMAR DE S SILVA X LIDER PROC 08031464220208180162
CNPJ: 09.248.608/0001-04
Emissão: 20/10/2021
Vencimento: 19/11/2021

Valor da Ação: R\$ 4.725,00
Tramita em: Juizado Especial
Litisconsórcio acima de 10: Não

Observações

Boleto emitido por **Usuário da Justiça**

Demonstrativo de Valores dos Serviços

cód. Descrição do Serviço	qtd.	uni. (R\$)	Selos	Valor (R\$)
03.05 Causas do Juizado Especial Cível	1	299,98	0	299,98
25.05 Recurso Inominado - Turma Recursal	1	450,04	0	450,04
123 Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	47,25	0	47,25
TOTAL				797,27

(Digite o número correto do processo para vinculação)

Número do processo: 08031464220208180162

Declaro a inexistência de processo de origem

[Cancelar](#) [Gerar Boleto](#)

Tabelas de Serviços por Categorias

Serviços Judiciais (referentes ao processo)

Selecione um serviço...



Serviços, Taxas e Complementações Diversas

Selecione um serviço...



Buscar Serviço

Código Nome/Descrição



Digite parte do texto que descreve o serviço desejado...

Selecione um serviço...





Poder Judiciário do Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Piauí
Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

**COMARCA DE TERESINA / JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA LESTE 1 -
ANEXO II (FAETE)**

Guia de Recolhimento da Justiça (por usuário da justiça)

Número do Processo: **08031464220208180162**

Juizado
Especial
RECURSO
INOMINADO
- JECC

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)
03.05	Causas do Juizado Especial Cível	1	0	299,98
25.05	Recurso Inominado - Turma Recursal	1	0	450,04
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	47,25
TOTAL				797,27
Cedente FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ				Agência / Cód. do Cedente 3791 / 9665-2
Número do documento EFE 7B8 1444714	Contrato CPF/CNPJ 10.540.909/0001-96	Vencimento 19/11/2021	Espécie R\$	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado 797,27
Sacado LINDOMAR DE S SILVA X LIDER PROC 08031464220208180162	CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

BANCO DO BRASIL	001-0	00190.00009 03088.125004 01448.754174 1 88090000079727
Local de pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento.		Vencimento 19/11/2021
Cedente FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)		Agência/Código cedente 3791 / 9665-2
Data do documento 20/10/2021	No. documento EFE 7B8 1444714	Espécie doc. DM Aceite N Data process. 20/10/2021
Uso do banco	Carteira 17	Espécie R\$
Textos de Responsabilidade do Cedente (APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.)		(-) Desconto / Abatimento
TERESINA / JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA LESTE 1 - ANEXO II (FAETE)		(-) Outras deduções
Emitida por Usuário da Justiça		(+) Mora / Multa
Número do Processo: 08031464220208180162		(+) Outros Acréscimos
Valor da Ação: R\$ 4.725,00		(=) Valor cobrado 797,27
, Juizado Especial . 03.05 (R\$ 299,98) , 25.05 (R\$ 450,04) , 123 (R\$ 47,25)		
Sacado LINDOMAR DE S SILVA X LIDER PROC 08031464220208180162	CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 21/10/2021 14:10:53
<https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2110211410533520000019992060>
Número do documento: 2110211410533520000019992060

Num. 21210074 - Pág. 2

20/10/2021 - BANCO DO BRASIL - 14:54:41
125101251 0011

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4
=====

BANCO DO BRASIL

00190000090308812500401448754174188090000079727

BENEFICIARIO:

FUNDO E R M P JUD FERMOJUPI

NOME FANTASIA:

FUNDO ESPECIAL DE REAP E MODER DO P

CNPJ: 10.540.909/0001-96

PAGADOR:

LINDOMAR DE S SILVA X LIDER PROC 08

CNPJ: 09.248.608/0001-04

NR. DOCUMENTO	102.007
NOSSO NUMERO	30881250001448754
CONVENIO	03088125
DATA DE VENCIMENTO	19/11/2021
DATA DO PAGAMENTO	20/10/2021
VALOR DO DOCUMENTO	797,27
VALOR COBRADO	797,27

=====

NR. AUTENTICACAO 5.ADA.B78.F41.CDC.6A6

Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades.
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de
produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais
habitualis agencia, SAC e demais canais de
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao,
outros produtos e servicos de Ouvidoria.

